

Pressão para melhorar o ensino

O governo de São Paulo concedeu aos professores da rede oficial de ensino um aumento de 21,55%. Com todo o alarde, o secretário da Educação, Carlos Estevam Martins, garantiu que os docentes paulistas terão alterado até novembro próximo o seu lugar no quadro do funcionalismo, que passará a ter dez referências salariais. Além disso, não serão negados aos docentes os benefícios do índice geral de reajuste do funcionalismo.

Como lembravam os antigos, quando a esmola é demais, o santo desconfia... Para um governo que, em menos de quatro anos, enfrentou 172 dias de greve — praticamente um ano letivo — a pretexto, real, de que os salários eram baixos, que estranhas razões levaram a tanta bondade? Será que a repetição sucessiva da mesma matéria paga, por dias a fio, "recrutando professores", sem sinais positivos e eficientes de resposta, deve estar na base dessa benevolência? Ou será que os dias que faltam para as urnas de outubro operam milagres?

Antes de alimentar grandes expectativas em torno da recuperação "oficial" do salário dos professores, convém examinar com mais atenção os benefícios oferecidos. Um professor com padrão universitário receberá por hora-aula — isso a 5 de agosto próximo — a impressionante quantia somada toda a lista de

reajustes, de Cr\$ 169,63! Ou seja, menos de dois dólares do paralelo para uma hora de trabalho! Ou, se se quiser, metade do que custa estacionar, por uma hora, um automóvel no centro de São Paulo! É fato que se fala em progresso, especialmente se se tomar como referência o salário do mês passado... Quanto a este, basta tomar conhecimento da resposta dada ao anúncio de "recrutamento" em que mesmo um estudante de primeiro ano de faculdade recusou a oferta.

O pior dessa decisão de fim de governo é o seu significado implícito. Em praticamente quatro anos de mandato, o governo Quéricia olímpicamente esqueceu a Educação. A pasta teve muitas utilidades para acordos políticos, serviu para apaziguar iras de deputados e políticos. A Secretaria da Educação apresentou uma rotatividade impressionante no seu comando, afora ter sua receita orçamentária periodicamente reduzida, a ponto de nos primeiros oito meses de 1989 não se erguer nenhuma sala de aula, apesar da ostensiva realidade de 300 mil novas matrículas a cada ano. Isso, para não falar na qualidade do ensino ministrado. Basta lembrar que 1.800 jovens foram aprovados no 2º grau, em dezembro passado, por decreto, porque não havia professores. Não foi o ex-secretário-adjunto da Educação, Antonio de Souza Teixeira Júnior, que revelou,

em relatório oficial, que 50 mil aulas simplesmente deixaram de ser ministradas pelo mesmo motivo pelo qual os jovens foram aprovados por decreto?

Quando se procurar fazer a síntese do que foram estes últimos anos na história da Educação de São Paulo, dever-se-á lembrar a expressão da aluna de 1ª série, Tatiana Melo Silva, que, instada a responder, em fevereiro deste ano, por que frequentava a escola estadual, respondeu de pronto: "Aqui a gente fica mais grande!". De fato, a merenda escolar de cada dia assegura a manutenção biológica da criança, além de ser eficiente propaganda oficial... Nada mais! Um sistema educacional que mereça este nome exige recursos e uma política educacional definida, a partir de pressupostos pedagógicos sérios. Os fatos confirmam que a administração Quéricia não atendeu à primeira destas premissas e quanto à segunda talvez desconheça até mesmo sua existência, ou então não teria trocado tanto de secretário da Educação! Um ia salvar a escola pelo ciclo básico, outro pela municipalização, outro pelos ideais da Revolução Francesa, outro pela modernização...

A escola pública em São Paulo atende a seis milhões de estudantes! A Coordenadoria de Ensino Metropolitano Estadual informava que as matrículas na

rede cresceram 8,6% neste ano em relação a 1989. Essa procura deve ser atendida de uma forma honesta, tanto nas horas de trabalho escolar quanto na qualidade do ensino oferecido. Para isso, infelizmente, a população não presta atenção. Os pais, em sua maioria, consideram uma "dádiva" ter onde deixar o filho quando vão trabalhar! A escola, para a maioria dos pais, não é paga pelo imposto de todos; ela é vista como "gratuita"! Além do mais, oferece comida, "deixar ficar grande"... O que é ensinado lá, o como é ensinado, que preparo e qualificação tem quem ensina são questões de segundos. Essa mentalidade de pais, associada ao descaso e à falta de profissionalismo de muitos professores, é que permitiu que tudo ficasse como está, a ponto de um óbulo de fim de governo merecer publicidade!

Mudar este quadro apavorante é tarefa de toda a sociedade, e não só do Poder Público. Se a sociedade fizer pressão legítima, as prioridades orçamentárias mudarão e a qualidade do ensino melhorará. A sociedade deve fazer pressão até mesmo em nome de sua sobrevivência. Ou alguém alimenta alguma dúvida de que com esta escola pública — a do Estado mais rico da Federação — a entrada do Brasil no Primeiro Mundo, de que tanto fala o presidente Collor de Mello, jamais se dará?